

602A 329

**Impacto da Integração Económica Regional na SADC no
âmbito do Ambiente para Oportunidades de Negócios:
O caso de Moçambique (2000-2007)**

Roberto Timóteo Matimbe

Trabalho de Licenciatura

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Curso de Gestão

Maputo

2008

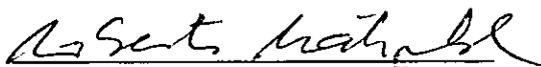
Trabalho Monográfico apresentado em Cumprimento parcial dos requisitos exigidos Para a obtenção do grau de Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, sob a orientação do dr. Diogo Eugénio Guilande e com Co-Supervisão do dr. Elias Paulo Mataruca.

Roberto Timóteo Matimbe

Declaração

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação.
Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino superior.

Maputo, aos 19 de Setembro de 2008



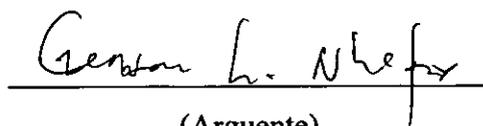
Roberto Timóteo Matimbe

Aprovação do Júri

Este trabalho foi aprovado com a classificação de Suficiente e expressão numérica de 13,0 valores no dia 19 de Setembro de 2008 por nós, membros do Júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.



(Presidente do Júri)



(Arguente)



(Supervisor)

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe, Beliane Chivaine Limeme, meus irmãos, Ana, Raimundo, Boaventura, Armando, Ezequias e Jorge, aos familiares e amigos pela atenção e paciência que tiveram comigo ao longo da minha formação de muita dedicação e investigação.

Um especial apreço a minha mulher Laurinda Manhiça, aos meus filhos Timóteo, Alexandre e Nilton que tanto me viram aflito e preocupado com os estudos, que sempre souberam estar presentes e dar força para continuar. A todos estes vai um muito obrigado.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus pela força que me deu em todos os momentos da minha vida, tanto os difíceis e bem como os de alegria.

Em segundo lugar gostaria de agradecer ao meu Supervisor dr. Diogo Eugénio Guilande e ao Co-Supervisor Elias Paulo Mataruca, por sua prestimosa ajuda na elaboração do presente trabalho, pois sem ele este trabalho não seria possível e também a grande ajuda do amigo dr. Orlando António Penicela.

Em Terceiro lugar gostaria de agradecer aos meus familiares pela sua ajuda e apoio inestimável, nomeadamente família Matimbe, Limeme e Manhiça, a todos os meus irmãos e meus avós e amigos e a todos os demais familiares pois é me difícil menciona-los a todos. Obrigado.

Em quarto lugar gostaria de agradecer a todo o corpo docente da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane que foram meus Professores e não haveria espaço para menciona-los a todos, mas com principal menção aos professores do curso de gestão, pois o pouco, mas que ao mesmo tempo é muito, que sei sobre gestão é graças a eles. A todos eles muito obrigado.

Em quinto lugar gostaria de agradecer a alguns amigos e colegas do trabalho que tornaram possível esse sonho de me formar, pois este sonho não seria possível sem a sua imensurável ajuda e paciência e conselho como o dr. Hermenegildo Hilário, dr. Delmar Machaeie, dr. Victor Sinai.

Por fim e não menos importante gostaria de agradecer o apoio, compreensão e paciência indescritível que tiveram a minha mulher Laurinda Manhiça e os meus filhos, Timóteo, Alexandre e Nilton em muitos momentos que a distância nos separou por perseguir este sonho de me formar em Gestão que, ao mesmo tempo é meu e deles. A eles muito obrigado pelo carinho e paciência demonstrada.

Sumário Executivo

Em Agosto de 1992, os Chefes de Estado e Governo da África Austral assinaram um Tratado que transformava a Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com o objectivo de promover uma maior cooperação e integração económicas. Moçambique é parte do processo regional de Integração Económica na SADC e deve tirar partido da sua situação geográfica privilegiada, das suas potencialidades em recursos naturais e das outras vantagens comparativas e competitivas que possui, o que exige a implementação dum ambiente para oportunidades de negócios favorável, de modo a tirar benefícios do acesso ao mercado regional alargado estimado em cerca de 230 milhões de consumidores, simplificando os processos de licenciamento e reduzindo os custos de investir no país.

O trabalho analisa o ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique no contexto da Zona do Comércio Livre da SADC, tendo em perspectiva considerações sobre as potencialidades e as fraquezas do país relacionadas ao processo de Integração Económica Regional na SADC.

Este estudo destaca que a abertura do comércio regional, sobretudo no âmbito da integração económica, estimula toda a economia ao aumentar as receitas dos países exportadores e proporcionar aos consumidores dos países importadores tirar vantagens de uma maior concorrência, para além de permitir que os países possam produzir e exportar os bens e os serviços em que são mais competitivos. Destaca também que, a integração económica regional na SADC, pelos maiores compromissos que envolve obriga ao melhoramento do ambiente para oportunidades de negócios na região.

Palavras chave: Integração Económica Regional na SADC; Ambiente de Negócios; Oportunidades.

Índice

Declaração	ii
Aprovação do Júri.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Sumário Executivo	v
Lista de Acrónimos.....	viii
Lista de Tabelas e Gráficos	ix
Lista de Anexos	x
CAPÍTULO I	1
1.1 Introdução	1
1.2 Estrutura do Trabalho	2
1.3 Problema da Pesquisa	2
1.4 Hipótese	2
1.5 Delimitação da Pesquisa	3
1.6 Objectivos da Pesquisa	3
1.6.1 Objectivo Geral.....	3
1.6.2 Objectivos Específicos.....	3
1.7 Importância do Tema	3
1.8 Limitações da Pesquisa.....	4
CAPÍTULO II.....	5
2. METODOLOGIA.....	5
2.1 Metodologia da pesquisa.....	5
2.2 Fonte de Dados	6
CAPÍTULO III	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	8
3.1 Definição da Integração Económica.....	8
3.2 Objectivos da Integração Económica.....	8
3.3 Formas de Integração Económica.....	9
3.4 Impacto da Integração Económica.....	10
3.5 A origem da SADC.....	12
3.6 Protocolo Comercial da SADC.....	13
3.7 Ambiente para Oportunidades de Negócios	15
CAPÍTULO IV	17
4. AMBIENTE E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS EM MOÇAMBIQUE ...	17
4.1 Ambiente de Negócios em Moçambique	18
4.2 Oportunidades de Negócios em Moçambique	24
4.2.1 Serviços de Transporte e comunicações	24
4.2.2 Agro-industriais e ambiente.....	26
4.2.3 Turismo em Moçambique.....	28
4.2.4 Comércio Internacional	29
4.2.5 Comércio Informal.....	32
4.3 As vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique na SADC aplicando a Teoria de Michael Porter	33
CAPÍTULO V.....	36
5. DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA SADC E MEDIDAS ALTERNATIVAS.....	36
5.1 Desafios da Integração Regional da SADC em Moçambique.....	36
5.2 Medidas alternativas	38

CAPÍTULO VI	40
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	40
6.1 Conclusões	40
6.2 Recomendações.....	41
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
ANEXOS	44
Anexo 1.....	45
A: Legendas das Mercadorias com Tratamento Preferencial da SADC.....	45
B: Calendário de desarmamento tarifário em relação à SADC, excepto RAS	45
Anexo 2.....	46
Definição de Termos Chaves.....	46
Anexo 3: Roteiro de entrevista aos representantes das instituições visitadas	47
Anexo 4: Roteiro de entrevista a Economistas	48

Lista de Acrónimos

Siglas	Significado
AT	Autoridade Tributária de Moçambique
BdM	Banco de Moçambique
BAUs	Balcões Únicos de Atendimento
CPI	Centro de Promoção de Investimento
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
IBW	Instituições de Bretton Woods
ICE	Imposto de Consumo Específico
INE	Instituto Nacional de Estatística
IVA	Imposto de Valor Acrescentado
FMI	Fundo Monetário Internacional
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
PC	Protocolo Comercial
PIB	Produto Interno Bruto
SADC	Comunidade para Desenvolvimento de África Austral
SADCC	Conferência para a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral
ZLC	Zona de Livre Comércio

Lista de Tabelas e Gráficos

Lista de Tabelas

Tabela 1	Alguns Indicadores Económicos e Universo Populacional na SADC	17
Tabela 2	Evolução das Taxas de Crescimento do PIB e da Inflação 1998-2007	20
Tabela 3	Evolução do Investimento em Moçambique (2000 - 2007)	20
Tabela 4	Tempo de Duração do Registo e Constituição de Empresas	21
Tabela 5	Balança Comercial de Moçambique (2000 - 2007)	31
Tabela 6	Modelo de Porter Aplicado Para o Caso de Moçambique	34
Tabela 7	Metas Macroeconómicas	36

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Valores de Importações de Moçambique Por Regiões em % (2000-07)	30
Gráfico 2	Valores de Exportações de Moçambique Por Regiões em % (2000-07)	31

Lista de Anexos

Anexo 1 - Tabelas

A:	Legendas das Mercadorias com Tratamento Preferencial da SADC	45
B:	Calendário de desarmamento tarifário em relação à RSA	45
C:	Calendário de desarmamento tarifário em relação à SADC, excepto RSA	45

	Anexo 2 - Definição de Termos Chaves	46
--	--------------------------------------	----

	Anexo 3 - Roteiro de entrevista aos representantes das instituições visitadas	47
--	---	----

	Anexo 4 - Roteiro de entrevista a Economistas	48
--	---	----

CAPÍTULO I

1.1 Introdução

A integração económica regional na SADC¹ é um tema actual e que despertou a atenção da sociedade moçambicana dadas as incertezas a ela associadas. A nível de Moçambique torna-se necessário dar ênfase à integração económica regional da SADC para a alavancagem das economias de escala² e mais valias no processo produtivo, modernização e aumento da competitividade do parque industrial, além de investimentos compartilhados e resolver as questões de falta de infra-estruturas e serviços públicos de qualidade.

Por outro lado, Moçambique, tal como os seus vizinhos tem interesse particular nas iniciativas regionais para reforçar o transporte entre os países da região, mercados de energia, uso de águas internacionais, comunicações e sistemas de comércio financeiros e alfandegários. A política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas, de acordo com a teoria do comércio internacional, dentre as múltiplas vantagens é um espaço adicional para a melhoria do ambiente para oportunidades de negócios.

A integração económica regional na SADC, pelos compromissos e riscos que implica tem levado a que o Governo melhore o clima de investimento (alargando o acesso ao financiamento e implementado a reforma da administração pública).

O presente estudo analisa o ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique e o impacto da integração económica regional na SADC, e destaca que, a fim de competir e ter sucesso na integração económica regional na SADC, é essencial que haja engajamento de todos os sectores da sociedade moçambicana (público, privado e sociedade civil) para tornar o ambiente de negócio do país o melhor da região.

¹ SADC — Comunidade para Desenvolvimento de Africa Austral.

² Economias de escala são reduções no custo médio geradas pelo aumento da escala de produção.

1.2 Estrutura do Trabalho

O trabalho está dividido em 6 capítulos. O primeiro capítulo coloca o problema, a definição dos objectivos e hipóteses. O segundo capítulo apresenta a metodologia empregue para a elaboração do trabalho de licenciatura, as fontes e a limitação do trabalho.

O capítulo 3 apresenta o referencial teórico sobre a integração económica regional da SADC e outros aspectos teóricos que servirão de base para a análise do tema.

O quarto capítulo faz a apresentação e análise dos dados e resultados da pesquisa, procurando mostrar o ambiente para oportunidades de negócios no contexto da zona de comércio livre da SADC.

O quinto capítulo discute desafios da integração económica regional na SADC e medidas alternativas para a melhoria do ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique.

E, o último capítulo (sexto), apresenta as principais conclusões e recomendações sobre o impacto da integração económica regional na SADC no âmbito do ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique.

1.3 Problema da Pesquisa

O estudo procura responder a seguinte questão:

- Será que a integração económica regional de Moçambique na SADC resultará numa melhoria do ambiente para oportunidades de negócios no país?

1.4 Hipótese

Deseja-se testar as seguintes hipóteses:

H1: A integração económica regional na SADC não vai melhorar o ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique.

H2: A integração económica regional na SADC vai melhorar o ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique.

1.5 Delimitação da Pesquisa

O presente trabalho aborda o processo de integração económica regional na SADC analisando especificamente o ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique.

Quanto a delimitação temporal, far-se-á uma análise da evolução do ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique a partir dos anos do Reajustamento Económico e após o término da guerra civil e depois do início do processo de integração económica regional, com maior ênfase para 2000 a 2007, dado que em Janeiro de 2001, Moçambique iniciou a implementação do Protocolo Comercial da SADC.

1.6 Objectivos da Pesquisa

O presente trabalho pretende atingir os seguintes objectivos:

1.6.1 Objectivo Geral

- Estudar o impacto da integração económica regional na SADC no âmbito do ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique.

1.6.2 Objectivos Específicos

- Descrever a evolução do ambiente para oportunidades de negócios no país;
- Identificar os desafios da integração regional para Moçambique;
- Identificar os benefícios da integração regional de Moçambique na SADC no contexto do ambiente de negócios;
- Analisar as vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique
- Ilustrar uma visão geral do que é o Protocolo Comercial da SADC.

1.7 Importância do Tema

Por todo o mundo a integração económica está sendo considerada a vanguarda para o desenvolvimento e sustentabilidade económicos. Os desafios que a integração económica coloca ao nosso país e aos agentes económicos em especial, obrigam a que

o ambiente político, económico, social e de negócios em particular, se desenvolvam de modo a sustentar o próprio processo e garantir maior proveito das vantagens que dele advém.

O estudo do ambiente de oportunidades de negócios no âmbito da Integração Económica Regional de Moçambique na SADC é importante na medida em que reúne elementos que apoiam a discussão sobre o impacto da integração regional ao identificar as vantagens e desvantagens competitivas que dela advém, ao mesmo tempo que identifica os sectores onde Moçambique pode obter ganhos, assim como os pontos fracos do país. Do mesmo modo, oferece subsídios para futuros estudos sobre o tema.

1.8 Limitações da Pesquisa

Há escassez de estudos específicos sobre a matéria a nível nacional para além da inexistência de uma rede de comunicações e base de dados partilhável entre instituições com actividades afins.

Para superar as dificuldades encontradas durante a pesquisa, as fontes de informação foram usadas consoante o que se pretendia explicitar, de acordo com a especialidade de cada uma.

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA

2.1 Metodologia da pesquisa

Para a realização da presente pesquisa recorreu-se a um estudo de caso no qual foram aplicadas as pesquisas exploratória, descritiva e contrafactual.

O estudo de caso, para Gil (1991:58), "é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento". Esta pesquisa classifica-se também como descritiva e tem como objectivo descrever possíveis cenários alternativos no contexto da integração de Moçambique na SADC.

Segundo Gil (1987), a pesquisa descritiva tem por objectivo básico descrever as características de determinada população ou fenómeno e estabelecer possíveis relações entre variáveis. Buscou-se, na presente pesquisa, a descrição do ambiente e oportunidades de negócios resultantes da integração regional de Moçambique na SADC.

As características deste estudo levaram a recorrer-se a pesquisa exploratória devido a falta de estudos semelhantes do que é objecto do tema. Segundo Boyd (1971), o método exploratório é aquele que tem por objectivo a descoberta de novas práticas e directrizes.

A pesquisa exploratória permite uma gama maior de conhecimento a respeito do tema ou problema objecto da pesquisa. A pesquisa descritiva possibilita o conhecimento sobre as características de grupos, estimar proporções de determinadas características, além de constatar a presença de relações entre diversas variáveis.

Também foi utilizada a abordagem do pensamento contrafactual que consiste em cenários alternativos aos factos passados principalmente quando esses factos nos são adversos. Por definição, o contrafactual não pode ser observado, por isso devem ser

feitas tentativas da sua estimação ou aproximação³. Uma das principais dificuldades é a de encontrar-se um contrafactual daí uma certa limitação na utilização deste método.

A metodologia consistiu das seguintes fases:

Fase 1: Uma revisão da literatura e uma pesquisa documental relacionada com a integração económica regional e o nível de desenvolvimento de políticas de negócios em Moçambique baseada em documentos fornecidos pelas instituições visitadas;

Fase 2: A colecta de dados sob a forma de entrevistas presenciais a uma amostra de indivíduos das instituições envolvidas na integração económica regional e questões de negócios no país (anexos 3 e 4);

Fase 3: Análise e redacção. Nesta fase, são analisadas as respostas à entrevistas e dados colectados, estabelecendo-se um paralelismo com as abordagens teóricas discutidas na revisão da literatura.

2.2 Fonte de Dados

Para a realização deste estudo os dados são provenientes de várias instituições públicas e privadas abaixo indicadas que forneceram documentos tais como: Estratégia de Moçambique para o Processo de Integração Regional na SADC, Protocolo Comercial da SADC, Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócio em Moçambique, Relatórios anuais das instituições visadas, dentre outros.

- Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA);
- Ministério da Indústria e Comercio (MIC);
- Centro de Promoção de Investimento (CPI);
- Autoridade Tributária de Moçambique (AT);
- Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD),
- Instituto Nacional de Estatísticas e (INE);
- Banco de Moçambique (BM).

³ Kahneman & Miller, 1986 citado por Martins, Ana Cristina

As entrevistas foram feitas obedecendo a um roteiro previamente estabelecido com base em questionários dirigidos a alguns intelectuais da praça e a representantes de algumas instituições directa ou indirectamente ligadas ao processo. Para o tratamento dos dados usou-se a folha de cálculo *Excel*, aplicativo que facilitou a produção de tabelas e gráficos.

CAPÍTULO III

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Definição da Integração Económica

Na visão do Salvatore, (2000: 175) “a Integração Económica refere-se à política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas”. Dois ou mais países se juntam numa relação económica mais estreita do que a que cada um deles tem com o resto do mundo, reduzindo ou eliminada deliberadamente as barreiras comerciais entre eles como forma de permitir maior especialização dos países membros.

Segundo a Secretaria da ACP⁴, citada por Murapa (2002), A integração económica, trata-se de um movimento para estabelecer ligações entre e em meio a um grupo de países dentro de um determinado espaço geográfico motivados pelos interesses comuns compartilhados para cooperação nas áreas de comércio e outros sectores económicos, com vista a alcançar uma Zona de Livre Comércio (ZLC) e, subsequentemente, estabelecer uma união alfandegária⁵.

O benefício fundamental da integração económica está na utilização de vantagens comparativas⁶ dos Estados membros os quais ao se integrar procuram alcançar os objectivos a seguir discriminados.

3.2 Objectivos da Integração Económica

Os objectivos da integração económica são (Murapa, 2002):

- Aumentar o fluxo de comércio intra-regional dos membros do bloco integrado;

⁴ África, Caraíbas e Pacífico

⁵ Há uma união aduaneira quando os países suprimem os direitos aduaneiros entre os países membros e mantêm uma tarifa externa comum em relação a países de terceiros (Guillochon; 1993: 200)

⁶ Possui vantagem comparativa o país onde for menor a relação de custos de produção dos produtos (por Ex. A e B) em comparação com outro país.

- Aumento do nível geral da produção, para aproveitar as economias de escala;
- Alcançar o desenvolvimento e crescimento económicos sustentáveis e aumentar o padrão e a qualidade de vida dos povos;
- Aumento da eficiência entre os produtores do bloco integrado e a produtividade nos países em face da concorrência e de um maior mercado crescente;
- Desenvolver valores, sistemas e instituições políticas comuns e;
- Convergência económica, pois se julga que ao se integrarem os países mais pobres terão tendência a crescer.

Os países consideram a necessidade de integrar ou cooperar regionalmente apenas se perceberem ganhos colectivos no acordo, e consideram-se quatro situações clássicas de integração económica: Zona de Comércio Livre, União Aduaneira, Mercado Comum e União Económica, que serão desenvolvidas a seguir.

3.3 Formas de Integração Económica

As formas de integração vigentes num grupo de países ou região variam de acordo com os objectivos dos países que se propõem a se interligar. As bases para qualquer processo de integração são medidas de cariz comercial, pois são elas que conduzem, efectivamente, a uma real integração económica.

De acordo com Salvatore (2000), Guillochon (1993) e Murapa (2002), normalmente, a integração regional se manifesta nas seguintes formas:

- Pelo estabelecimento de uma zona de livre comércio, envolvendo a remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias (acordo de livre - comércio). Neste tipo de acordo, os países participantes podem concordar em abolir totalmente todas as barreiras internas ao comércio entre eles;
- Pelo estabelecimento de uma união alfandegária ou aduaneira pela qual todas as restrições ao comércio e ao movimento de agentes dentro da área são removidas. É um passo adiante em relação a área de livre comércio, pois

estabelece tarifas externas comuns para produtos importados de terceiros países;

- Pela harmonização de políticas económicas, monetárias, fiscais, sociais e outras políticas sectoriais. É portanto um passo além da União aduaneira, uma vez que estabelece a mobilidade de factores de produção (mão de obra, capitais) e serviços e;
- Pela adopção de um banco central único e moeda única para os países do bloco. Para o seu funcionamento efectivo, os países devem possuir níveis compatíveis de inflação, de défice público e de taxas de juro e ainda as taxas de cambio fixas entre os Estados integrados. É a chamada união económica.

Os países que se beneficiam imensamente da integração económica regional são aqueles que projectam e implementam políticas domésticas que sustentam e estimulam a produção, os investimentos e o comércio, o que nos remete a avaliar em seguida o impacto que uma integração pode ter na economia.

3.4 Impacto da Integração Económica

Segundo a Estratégia de Moçambique para o processo de integração regional na SADC (2008), a abertura do comércio estimula toda a economia: aumenta as receitas dos países exportadores e proporciona aos consumidores dos países importadores uma escolha mais vasta de bens e de serviços, a preços mais baixos, graças a uma maior concorrência, além de permitir que os países possam produzir e exportar os bens e os serviços em que são mais competitivos.

De facto, a ampliação do mercado resultante da integração económica, pode conduzir a uma intensificação da concorrência com uma série de efeitos favoráveis para o país e o consumidor em particular, como preços mais baixos, maior quantidade, melhor qualidade, aceleração do processo tecnológico, redistribuição do rendimento entre os habitantes de diversos países e dentro de cada país.

A Estratégia citada defende que a possibilidade de um mercado mais amplo pode fazer surgir grandes empresas que possibilitem o aproveitamento das economias de escala ao permitir custos médios unitários mínimos e que possibilita a concorrência no mercado regional e internacional.

A eliminação das tarifas de importação resulta na redução da receita aduaneira, o que atrasa categoricamente muitas iniciativas de integração económica regional, sobretudo para países que dependem mais das receitas de importações, uma vez que os países têm receio de perder essa receita. Por outro lado os direitos aduaneiros, além de ser um instrumento de política comercial e industrial, constituem fonte de receita para a despesa pública.

Na medida em que uma união aduaneira discrimina contra fornecedores mundiais de baixo custo e causa importações com perda, temos o desvio do comércio o qual pode assim elevar ou reduzir o bem estar nos países membros, dependendo da intensidade do desvio. Contrariamente, na medida em que a união aduaneira liberaliza o comércio dentro do grupo e causa uma redução ineficiente dentro da área ocorre uma criação do comércio (Salvatore, 2000).

A integração económica regional, pelos maiores compromissos que envolve, e pelos elevados riscos que implica obriga, de forma mais marcante, ao melhoramento da própria política económica e a realização de transformações importantes na estrutura económica nacional.

A integração económica aumenta as oportunidades de emprego tanto do pessoal qualificado, bem como para o pessoal não qualificado a partir da maior mobilidade de mão de obra e do surgimento de novos investimentos.

A integração pode, portanto, potenciar o crescimento económico. Mas pode também ter efeitos negativos, como por exemplo o facto de, ao pôr em competição economias com diferentes graus de desenvolvimento poder, se não for devidamente controlada, aumentar o fosso entre os países mais avançados e os países pobres marginalizando ainda mais as economias mais pobres da região.

Face ao exposto interessa agora abordar a realidade específica da região da SADC, começando por descrever a sua origem e seus objectivos.

3.5 A origem da SADC

A Comunidade para desenvolvimento de África Austral (SADC) teve com génese a Conferência para a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que foi oficialmente formada em 1 de Abril de 1980, com os seguintes países membros: Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, tendo sido identificados os seguintes objectivos estratégicos (Murapa, 2002):

- Reduzir a dependência do mundo exterior, em particular, da África do Sul;
- Promover a autoconfiança colectiva dos Estados membros;
- Promover e coordenar a cooperação económica por meio de um projecto de uma abordagem orientada por sector e;
- Promover uma acção conjunta para garantir a compreensão internacional e o seu apoio prático para a estratégia da SADCC.

Cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um ou mais sectores em função da sua vantagem competitiva, cabendo para Moçambique os sectores de transportes, comunicações, cultura, informação e desportos.

Com o estabelecimento da democracia na África do Sul, em 1990, a SADCC passou a centrar-se em questões económicas com o objectivo de desenvolver estratégias e políticas que levassem os Estados da África Austral a emergir como um bloco económico, resultando a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) a 17 de Agosto de 1992 em Windhoek, na Namíbia.

Os objectivos da SADC são de alcançar o desenvolvimento e o crescimento económico sustentáveis, aliviar a pobreza, elevando o padrão da qualidade de vida das pessoas e ainda apoiar os mais desfavorecidos do sul da África, através da integração regional (Murapa, 2002).

Outros objectivos da SADC são: fomentar valores políticos comuns, sistemas e instituições, como também promover e defender a paz e segurança, incentivando a auto sustentação com base na auto confiança colectiva e interdependência dos Estados membros.

A SADC e os seus Estados membros actuam em conformidade com os seguintes princípios: Igualdade de soberania de todos os Estados membros; Solidariedade, paz e segurança; direitos humanos, democracia e o Estado de Direito; Equidade, equilíbrio e benefício mútuo; e Resolução pacífica de litígios. (SADC, 1999).

A integração económica regional na SADC é guiada pelo protocolo comercial assinado em 24 de Agosto de 1996. Como parte da sua implementação, os Estados membros têm vindo a negociar a redução das tarifas, regras de origem, mecanismos de resolução de disputas, acordos sobre produtos especiais e eliminação de barreiras não tarifárias e harmonização das Alfândegas, documentações do comercio e procedimentos de desalfandegamento, visando criar bases para a integração dos países.

3.6 Protocolo Comercial da SADC

O Protocolo Comercial da SADC, assinado em Maseru aos 24 de Agosto de 1996, que entrou em vigor em 25 de Janeiro de 2000, estabelece um novo quadro que regula a cooperação económica entre os Estados Membros da região e tem como objectivo promover o comércio e o desenvolvimento intra-regional, eliminando gradualmente as barreiras tarifárias e a remoção das barreiras não tarifárias ao comercio.

Para tal, os países membros comprometeram-se a levar a cabo a liberalização do comércio de bens e serviços, com vista ao aumento da produção e da produtividade, investimento nacional, transfronteiriço e estrangeiro bem como a diversificação e industrialização da produção tendo em vista o desenvolvimento económico sustentável da região, bem ainda a simplificação e harmonização dos procedimentos aduaneiros na importação, exportação e transito de mercadorias, bem como, da nomenclatura pautal.

Assim, dentro deste contexto, o processo de integração económica regional da SADC tem um calendário definido nos seguintes termos:

2008 – Zona de Livre Comércio

- Pressupõe a, já descrita, livre circulação de mercadorias internamente produzidas ou as consideradas originárias dentro da Comunidade SADC, de acordo com os critérios definidos nas Regras de Origem estabelecidas no Protocolo Comercial, livres de direitos aduaneiros mas sujeitas a Imposto de Valor Acrescentado (IVA), Imposto de Consumo Específico (ICE) e outros impostos, se aplicável;

2010 – União Aduaneira

Esta é a fase subsequente a Zona de Livre Comércio em que, para além da livre circulação de mercadorias, adoptar-se-á:

- Uma Pauta Aduaneira única na qual se aplica uma taxa externa comum;
- Fundo/cofre de receita aduaneira comum e critérios de partilha da receita cobrada, tendo como pressupostos, por exemplo, o seguinte: Nível de importação intra-regional de cada Estado membro, Produto Interno Bruto (PIB)⁷ e rendimento per capita;

2015 – Mercado Comum

Esta fase será a forma de integração a um nível superior de uma União Aduaneira, pois, para além da abolição de tarifas e barreiras comerciais entre os Estados Membros e da harmonização das políticas aduaneiras, também haverá livre circulação de mão-de-obra e capital, harmonização de políticas laborais e de comércio;

⁷ O PIB é o valor de toda a produção de bens e serviços ocorrida dentro das fronteiras do país, sem considerar a nacionalidade dos que se apropriaram dessas rendas, sem descontar rendas eventualmente enviadas ao exterior e sem considerar as recebidas do exterior, daí o qualificativo de "interno."

2016 – União Económica

Nesta fase, os Estados membros prevêm a harmonização e, até mesmo, a unificação das políticas monetárias e fiscais assim como a existência de um Banco Central comum, prevendo-se ainda a convertibilidade obrigatória e ilimitada das diferentes Moedas da região.

Moçambique como signatário deste Protocolo, já vem implementando o mesmo desde Setembro de 2001, momento a partir do qual as mercadorias da Categoria A conforme classificadas na Pauta Aduaneira, foram imediatamente liberalizadas (Anexo 1).

No início deste processo e, em conformidade com os desígnios do Protocolo Comercial da SADC, Moçambique estabeleceu o seu calendário para a redução e/ou eliminação gradual dos direitos de importação na região rumo à sua abolição total até 2015.

Para tal, alterou-se a Pauta Aduaneira adoptando duas ofertas, uma Básica para a África do Sul e a outra Diferenciada para os restantes Membros da SADC. O motivo da diferenciação das ofertas prende-se com a necessidade de contrabalançar a dimensão da economia sul-africana em relação à dos restantes Membros da SADC de modo a reduzir o seu impacto nas pequenas economias.

Como se pode depreender, o desarmamento tarifário resulta numa perda de receitas aduaneiras por parte dos Estados membros, uma vez que os direitos aduaneiros deixam de ser cobrados para um considerável número de produtos e, ao mesmo tempo, como consequência outros fenómenos se antevêm susceptíveis de contrapor tais perdas.

3.7 Ambiente para Oportunidades de Negócios

Existe escassez de informação sistematizada sobre os conceitos de Ambiente para Oportunidades de Negócios daí a dificuldade em abordar teoricamente tais conceitos.

Segundo o Wikepédia⁸, em geral, o ambiente consiste no conjunto de circunstâncias ou condições em que existe determinado objecto ou em que ocorre determinada acção. Tendo em conta que oportunidade pode ser definida como qualidade do que é oportuno ou ocasião favorável ou conveniente e que negócio pode se referir as acções de comprar ou vender, permutar ou ainda transaccionar⁹, o ambiente para oportunidades de negócios pode-se definir como um conjunto de circunstâncias ou condições favoráveis para transaccionar, comprar ou vender, ou permutar.

Os conceitos apresentados servem de apoio para uma melhor compreensão do presente estudo.

⁸ www.wikipédia.org, consultada em 29.08.08

⁹ www.priberam.pt, consultada em 29.08.08

CAPÍTULO IV

4. AMBIENTE E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS EM MOÇAMBIQUE

A implementação de um clima favorável ao investimento e a tomada de medidas facilitadoras do desempenho das actividades produtivas, no respeitante a energia, comércio externo e legislação laboral são indispensáveis e permitem o adequado enquadramento dos Estados no contexto de integração económica regional da SADC, evita a marginalização da economia mundial, estimula a eficiência do sector produtivo nacional, e oferece a possibilidade ao sector de exportações de recolher os benefícios de um mercado regional alargado.

Tabela 1: Alguns Indicadores Económicos e universo populacional na SADC

Países	População em milhares	PIB per capita (US\$)	Peso no PIB da Região (%)	Taxas de crescimento do PIB (%) ¹⁰	Área (Km ²)
Africa do Sul	47.432	3.630	68,0	1.8	1.219.912
Angola	12.263	1.030	6,0	5.0	1.246.700
Botswana	1.574	4.340	4,0	8.6	600.370
RDCongo	55.226	120	2,0	-2.0	2.345.410
Lesoto	2.143	740	0,4	4.2	30.355
Madagáscar	15.507	878	2,0	n a ¹¹	587.040
Malawi	10.386	170	1,0	3.0	118.480
Maurícias	1.190	4.640	2,0	5.2	1.860
Moçambique ¹²	20.531	280	3,0	8.0	801.590
Namíbia	1.821	2.370	2,0	4.4	825.419
Suazilândia	1.104	1.600	1,0	5.3	17.363
Tanzânia	35.925	330	5,0	2.9	945.090
Zâmbia	11.475	450	2,0	0.8	752.614
Zimbabué	12.577	500	1,6	n a	390.580
T o t a l	229.154		100,0		9.882.783

Fonte: Adaptado, dados do site: www.sadc.int

Olhando para a tabela 1, identificam-se vários elementos que constituem importantes oportunidades de cooperação tais como: abundantes recursos naturais, uma grande população que se estima em mais de 229.154 mil de consumidores, dos quais mais de 20.531 mil são moçambicanos, e um PIB de aproximadamente 350 biliões de dólares¹³, uma superfície de cerca de 9.882.783 de quilómetros quadrados (Km²), para além de uma oportunidade de negócio avaliada em 680 milhões de dólares por

¹⁰ Taxas médias de crescimento do PIB (1966 - 2003)

¹¹ Dados não disponível

¹² Dados do INE 2008

¹³ Dos quais cerca de 68% gerados pela África do Sul, sendo que os restantes países detêm uma produção abaixo do 10% do total do PIB da região, com Angola (a segunda maior economia da SADC) a ter uma contribuição de 6%, enquanto o Lesoto (a mais pequena economia Regional) tem um PIB baixo de 0.5%. Moçambique é a 5ª economia da SADC, representando 3%, em 14 países que constituem a SADC.

ano. A utilização racional destes recursos constitui uma oportunidade para o sucesso da integração.

Este universo significa uma expansão do mercado e das oportunidades de investimentos atraídos não apenas pela dimensão mas também pelo ambiente de negócios que se está a criar para responder a concorrência, nomeadamente a simplificação e uniformização de procedimentos, eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, modernização tecnológica, construção das infra-estruturas básicas (estradas e pontes, energias, telecomunicações e água) dentre outras acções.

Espera-se portanto, que a integração económica regional traga consigo oportunidades de cooperação entre Estados membros, onde os menos desenvolvidos beneficiarão das oportunidades dos mais desenvolvidos nos sectores onde estes tenham vantagem comparativa e competitiva para além de uma complementaridade das estratégias nacionais e regional.

No entanto, importa referir que o desempenho das economias da SADC têm sido afectados de uma forma adversa pelos preços de petróleo e pelos preços dos produtos primários. Muitas, senão todas as economias da SADC têm experimentado alguma instabilidade macroeconómica devido a altas taxas de inflação (sendo o caso extremo o Zimbabué com 2.200.000% ao ano, registada no 17 de Julho de 2008)¹⁴.

As expectativas apontam para que o empresariado nacional aproveite a Zona de comércio livre da SADC para fortificar o comércio na região.

4.1 Ambiente de Negócios em Moçambique

Moçambique independente herdou uma estrutura económica colonial subdesenvolvida, caracterizada por uma assimetria entre o Norte e o Sul do País e entre o campo e a cidade. O Sul mais desenvolvido que o Norte e a cidade mais desenvolvida que o campo.

¹⁴ www.MiamiHerald.com

A estratégia de desenvolvimento formulada para inverter esta assimetria apostou numa economia centralmente planificada. No entanto, as conjunturas regional e internacional desfavoráveis, as calamidades naturais (cheias de 1977/78 e a seca 1981 - 83), os choques externos do mercado internacional em 1979/1980 (aumento do preço do petróleo e a deterioração dos termos de troca do comércio internacional) e um conflito de desestabilização armada que durou 16 anos e não armados¹⁵ anos após a independência inviabilizaram a estratégia.

Entre 1978 e 1979, o nível de endividamento do país cresceu a ritmo acelerado levando a que o país começasse a acumular elevados montantes de passivos externos.

Até final de 1984¹⁶, o stock da dívida externa ascendia a cerca de 2,4 biliões¹⁷ de dólares norte-americanos o que obrigou o País a uma mudança radical para uma estratégia de desenvolvimento do mercado filiando-se nas Instituições de Bretton Woods¹⁸ (IBW) em 1984 e a consequente adaptação dum Programa de Ajustamento Estrutural financiado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), pelo Grupo Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e por demais parceiros multilaterais e bilaterais do desenvolvimento económico e social de Moçambique a partir de 1987.

Inicia-se assim o período de economia de mercado, modelo que veio a ser consagrado pela Constituição da República de Moçambique (CRM) em 1990¹⁹. Desde então, o País tem estado a registar um notável crescimento económico.

A economia de Moçambique tem crescido consideravelmente nos últimos anos, uma média ao redor de 8% ao ano de 1992 a 2007, apesar de uma taxa bastante reduzida no ano 2000, um ano bastante assolado pelas cheias (tabela 2). A inflação tem baixado das elevadas taxas no final dos anos noventa. O índice de preço ao consumidor se elevou com uma média anual de menos de 8%.

¹⁵ A diminuição drástica da utilização dos caminhos de ferro e dos portos Moçambicanos pela África do Sul, o que, a par com o encerramento de fronteiras com a Rodésia do Sul, reduziu para metade o tráfico ferroviário internacional através de Moçambique entre 1975 e 1981.

¹⁶ Ano em que o país se beneficiou do primeiro reescalamento no âmbito do Clube de Paris

¹⁷ Grupo Moçambicano da Dívida, Dezembro 2004

¹⁸ Como é conhecido o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que financia projectos de reconstrução e desenvolvimento de países membros.

¹⁹ CRM de 1990, art. 41, parágrafo 1.

Tabela 2: Evolução das taxas de crescimento do PIBpm e da Inflação entre 1998 e 2007

Anos	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIBpm (%)	11.2	7.5	1.9	13.1	8.2	5.1	7.8	8.3	8.5	7.6
PIB per capita (US\$)	240	250	240	200	210	200	200	260	265	280
Inflação (%)	-1.3	3.4	12.2	9.1	9.1	12.9	12.6	6.4	13.2	7.9

Fonte: Anuários Estatísticos INE e MPD

O país tem estado em paz por mais de uma década e meia e se encontra politicamente estável, tendo passado por diversos processos eleitorais, que tiveram aprovação dos observadores. Tudo isto tem contribuído para o aumento da confiança internacional e uma melhor reputação para o país, resultando em um aumento do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), especialmente em capital elevado e indústrias de energia intensiva.

Segundo dados do Centro de Promoção de Investimento (CPI), de 2000 a 2007, um total de 1.093 projectos foram aprovados ao abrigo da lei de investimentos, criando aproximadamente 147.441 postos de trabalho no país.

Tabela 3. Evolução do investimento em Moçambique (2000 - 2007)

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
SADC em US\$	73,714	898,106	87,842	87,830	66,688	107,080	112,880	129,348	1,563,488
Resto do mundo em US\$	230,839	64,159	486,856	32,168	46,348	53,800	50,499	5,418,043	6,382,712
IDE em US\$	304,553	962,264	574,698	119,998	113,036	160,880	163,378	5,547,391	7,946,199
IDN em US\$	76,253	101,423	64,663	35,499	45,083	35,628	0	55,939	414,488
TOTAL em US\$	380,806	1,063,687	639,361	155,497	158,120	196,508	163,378	5,603,330	8,360,687
Emprego	26,633	23,040	8,967	13,625	13,222	15,113	19,372	27,469	147,441
Nº de Projectos Autorizados	135	112	96	110	147	142	157	194	1,093
Taxas de crescimento do IDE	-	216.0%	-40.3%	-79.1%	-5.8%	42.3%	1.6%	3295.4%	-

Fonte: Adaptado dos dados do CPI

Espera-se que esta tendência positiva se mantenha com as reformas e simplificação dos processos de licenciamento, incentivos ao investimento estrangeiro em particular e a redução de custos de investir no país, de forma a tornar o clima de investimento mais atractivo e favorável ao comércio externo. Concorrem também para isso a melhoria da gestão de fundos públicos e a consolidação fiscal, e ainda a gestão de recursos naturais (em especial atenção a questão da terra) e implementação de uma estratégia de desenvolvimento rural ampla.

De acordo com dados da Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique, projectada até 2012 do MIC, o ambiente de negócios tem melhorado

significativamente nos últimos anos, facto também reconhecido pelo Banco Mundial no seu relatório intitulado Ambiente de Negócios, 2008. O tempo que é necessário para o registo de um negócio tem reduzido de uma média de 153 dias em 2005 para 113 dias em 2007, e para apenas 29 dias em 2008 (Tabela 4), na sequência da adopção de um novo Código Comercial e da Lei de Licenciamento de empresas.

Ademais, os Balcões Únicos de Atendimento (BAUs) e a abertura do Centro de Informação de Negócios do Ministério da Indústria e do Comércio têm facilitado o registo, o licenciamento e a informação sobre ambiente de fazer negócio no país com menos custo e tempo dispendido para ambos.

A tabela 4 a seguir mostra a situação evolutiva do processo de registo de empresas em Moçambique de 2004 - 2008:

Tabela 4. Tempo de Duração do Registo e Constituição de Empresas

Ano	Nº. Dias	Nº. De Procedimentos
2004	540	18
2005	153	14
2006	153	14
2007	113	13
2008	29	10

Fonte: Relatórios "Doing Business", MIC

Segundo o relatório anual 2006 do Banco de Moçambique (BdM), em 2005 o sector financeiro e os bancos aumentaram o crédito em 48% e as micro/instituições financeiras dispensaram 7.5% mais em crédito.

A tarifa de importação máxima dos países da SADC caiu para 20% em 2006. Por outro lado, o sistema alfandegário tem melhorado em eficiência resultando em custo mais reduzido no desembaraço aduaneiro e na despesa de armazenagem a cargo do importador.

A eliminação dos requisitos de visto com alguns países da região tem tido um impacto positivo nos negócios ao permitir a livre circulação de pessoas, especialmente no sector de turismo. Tem também havido melhorias significativas nas infra-estruturas básicas por todo o país.

Estão em curso também reformas amplas no mercado de mão-de-obra que objectivam a promoção de sua formação com qualidade e uma maior flexibilidade na contratação da mão-de-obra enquanto baixa o custo para os empregadores, para além de reformas na Administração Pública que devem elevar a eficiência e baixar o tempo e o custo dos processos bem como fortalecer os direitos de propriedade.

A hipótese de que integração económica regional não vai melhorar o ambiente para oportunidades de negócios não constitui verdade, uma vez que a integração regional por si constitui um desafio para o país, obrigando a que os sectores público e privado desenvolvam acções com vista a melhoria do ambiente para oportunidades de negócio no país, o que poderá permitir fazer face a concorrência na região.

Contudo, mesmo com esforços que se tem empreendido nos últimos anos na remoção de barreiras administrativas, Moçambique ainda posiciona-se no 134²⁰ lugar em 178 países avaliados pelo Banco Mundial em 2008, uma posição mais baixa do que a dos melhores países dentro da SADC, seus competidores nos negócios e investimentos, o que por si exige que se acelere na criação de condições conducentes a redução do custo de fazer negócios em matéria de impostos, taxas, custos laborais, custos burocráticos, entre outros.

Ainda se mostra necessário prosseguir com o levantamento de procedimentos e exigências desnecessárias, por forma a reduzir a burocracia que ainda prevalece na administração pública. Os Balcões de Atendimento Único, criados e em funcionamento em todas capitais provinciais ainda não desempenham cabalmente as suas funções, o que dificulta a sua eficácia.

Os factores que influenciam negativamente o ambiente de negócios em Moçambique podem ser sintetizados, com base nas diversas opiniões de intelectuais no seguinte:

- Pesada carga burocrática em termos de número excessivo de exigências, papelada e procedimentos, duplicação de requisitos e elevado tempo da tramitação processual acrescida de uma articulação inter-institucional deficiente, inexistência de uma rede de comunicações e base de dados partilhável entre instituições com actividades afins;

²⁰ Mais 7 lugares em relação a posição de 2006 segundo o Doing Business, 2008.

- Fraca disseminação de informação sobre negócios e inexistência de um serviço de prestação de informação sistematizada para os investidores, contribuiu para a percepção negativa do País, dificultando a entrada de novos investimentos;
- Abundância de mão de obra não qualificada e um sistema de ensino não virado para a profissionalização (saber fazer), para além da falta de empreendedores arrojados isto é, gente que tem paciência com negócios;
- Falta de infra-estrutura de apoio a produção particularmente no campo;
- A política fiscal não incentiva o investimento, a produtividade, a criação do emprego e o desenvolvimento do sector privado e incentiva a fuga ao fisco, retrai a base tributária e reduz a renda disponível para o consumo privado;

Dos impostos previstos no País, como aponta a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), o Imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de 17%, figura na lista dos mais problemáticos, devido não só ao seu elevado valor em comparação com os países da região²¹ (com excepção da Tanzânia e Malawi que é de 20%), mas sobretudo à complexidade e demora que envolve o seu sistema de reembolso, (resultante da submissão dos pedidos com falta de dados e outras anomalias), o que reduz substancialmente a competitividade das empresas legalmente estabelecidas no País pelos altos valores empatados durante largos meses.

- O custo elevado e a falta de disponibilidade de crédito constitui o maior, se não o mais importante obstáculo ao desenvolvimento e a lucratividade do sector privado em Moçambique especialmente para as pequenas e médias empresas (PMEs), limitando o investimento privado e o desenvolvimento das exportações, para além do problema, não menos importante, que é a insuficiência em quantidade e qualidade de serviços financeiros no País e a sua concentração na capital do País.

²¹ Países de SACU 14%; Zimbabwe 15% e Zâmbia 17.5% por exemplo

Em síntese, a conjugação dos factores positivos apontados torna o país atractivo como destino do investimento estrangeiro, condição fundamental para o seu crescimento e desenvolvimento económico tendo em conta um nível de poupança interna relativamente baixo, como é o caso ainda em Moçambique.

4.2 Oportunidades de Negócios em Moçambique

Moçambique é um país com potencialidades excelentes em matéria de investimento, tendo em conta a liberalização da economia, o bom desempenho da economia, a enorme riqueza em recursos naturais, tais como florestas e fauna bravia, e o estado virgem em que se encontram certos sectores bastante atractivos e promissores. A terra não pode ser vendida, comprada ou hipotecada em Moçambique mas existe o desafio de tornar céleres os processos para a atribuição de títulos de uso e aproveitamento de terras e garantir que os titulares dos direitos atribuídos façam uso efectivo da terra.

De facto, Moçambique possui um grande potencial a disponibilizar à região da SADC, não só, sobretudo nas áreas dos portos e caminhos de ferro, energia, turismo para além de uma grande extensão de terra ainda não explorada. Oferece acesso favorável ao comércio regional e internacional, pelo facto de possuir portos ligados aos grandes corredores de desenvolvimento da SADC.

É um país com elementos fortes para o desenvolvimento da actividade turística, com estabilidade política reconhecida ao nível internacional, um franco crescimento económico a taxas impressionantes nos últimos anos, uma média ao redor de 8% desde o fim da guerra civil em 1992, uma inflação de um dígito, elementos que bem explorados concorrem para uma cooperação vantajosa de Moçambique no âmbito de ambiente para oportunidades de negócios.

4.2.1 Serviços de Transporte e comunicações

O sector de serviços de transportes e comunicações dominou a economia e foi responsável pela grande maioria de investimentos em infra-estruturas durante o período colonial. Com efeito, as infra-estruturas foram orientadas quase e exclusivamente para África do Sul e Rodésia, como reflexo da política colonial de

subordinação da colónia de Moçambique aos interesses dos países vizinhos, sem ter em conta as necessidades do comércio e desenvolvimento interno de Moçambique.

A nível do bloco regional, dado o seu papel geo-estratégico relativamente aos seus vizinhos do interior, coube a Moçambique a tarefa de identificar, implementar e coordenar os programas de transportes e comunicações. De facto, Moçambique possui uma vasta costa marítima e uma localização geográfica que lhe conferem vantagens comparativas na área de serviços de transporte na região.

No âmbito dos corredores de transporte foram levadas a cabo acções de reabilitação, desenvolvimento e modernização de infra-estruturas como as linhas férreas, portos, rede de telecomunicações e estradas que melhoram significativamente a prestação de serviços e permitiram transformar os corredores de transportes em corredores de desenvolvimento. Os portos e os corredores de desenvolvimento permitem um acesso aos países do *hinterland*.

Para atrair investimento estrangeiro, o governo criou os corredores de desenvolvimento de Maputo, Beira e Nacala, com acesso rodoviário, suprimento de energia eléctrica, gás e com ligação por via ferroviária até os países vizinhos. Os países que mais utilizam os portos moçambicanos são, o Malawi (Beira e Nacala), o Zimbabué (Beira e Maputo), a Zâmbia (Beira e Maputo), a R.D.Congo (Beira e Maputo) e a África do Sul (Maputo).

O Governo de Moçambique promove o envolvimento do sector privado na revitalização e reconstrução dos portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), introduzindo a sua participação na gestão de terminais portuárias em regime de concessão de modo a torna-los mais eficientes, rentáveis, e competitivos no contexto da região da SADC, que tem resultado num desempenho positivo não só na criação de postos de trabalho mas também no aumento da produção e do respectivo rendimento. São exemplos o fortalecimento e expansão da rede de transporte colectivo e semi-colectivo, aumento de operadores no transporte de carga diversa e no transporte aéreo, o aumento de operadores na telefonia móvel.

Acrescentar que a economia interna pouco se serve do sistema ferro portuário dado a orientação este-oeste montada na época colonial para servir os interesses do

colonizador, para além de que algumas zonas potencialmente produtivas não são servidas por caminhos-de-ferro. O principal modo de transporte de pessoas e mercadorias é o transporte rodoviário, que em alguns casos é menos eficiente tendo em conta o estado das vias e o custo insustentável para mercadorias de baixo valor.

4.2.2 Agro-industriais e ambiente

Moçambique é predominantemente um país agrícola. Este sector, fortemente favorecido pelos solos férteis, representa cerca de 21% do PIB, emprega 80% da população activa a qual pratica uma agricultura basicamente do tipo familiar sem aproveitamento de economias de escala e responde por 12% das receitas de exportação do país.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, o país tem uma extensão de 36 milhões de hectares agricultáveis, dos quais apenas 3,6 milhões de hectares correspondentes a 10% estão a ser presentemente explorados. Do total 3.3 milhões de hectares são potencialmente irrigáveis, mas apenas 0.13% estão efectivamente a serem usados sob irrigação. 78% da superfície total é constituída de florestas, das quais 24% são de espécies com valor comercial, nove milhões de hectares são ocupados por reservas e parque nacionais.

Moçambique possui uma linha costeira longa e também uma diversidade de zonas agro ecológicas. As zonas Centro e Norte constituem as zonas de maior potencial agrícola, enquanto a Sul tem maior potencial para a actividade pecuária.

Dentre os constrangimentos que afectam o sector há a destacar o difícil acesso a credito resultante da falta de instituições financeiras rurais, difícil acesso a tecnologias, bem como os elevados custos de transporte e altos custos de transacção resultantes da dispersão da produção, associada às más condições das vias de acesso. Estes custos são particularmente elevados quando se trata de escoar a produção agrícola das zonas de produção do centro e norte do país para as zonas de consumo do sul e costeiras.

A industrialização da produção agrícola, em termos comercialmente viáveis, é um desafio para o desenvolvimento. Existe um esforço no sentido de promover um sector

agrícola competitivo e sustentável, em particular, na indústria da castanha do caju, algodão, açúcar e do chá.

O chá, a castanha de caju, o açúcar e o tabaco fazem parte dos principais produtos agro-industriais exportados de Moçambique. De facto, tem havido investimentos significativos nos sectores de caju, açúcar, tabaco e até de algodão, como resposta as condições naturais favoráveis para a produção e transformação de produtos agrícolas que Moçambique oferece que tem resultado em crescimentos assinaláveis.

O Programa de Investimento Publico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PROAGRI II), embora de forma limitada, permitiu melhorar os serviços de valorização e de extensão das terras, aliado ao uso de fertilizantes e de variedades de alto rendimento e levou ao aumento da produtividade.

O sector industrial também encontra condições, sobretudo naturais, para o seu desenvolvimento em subsectores diferentes, nomeadamente: alimentar e bebidas, de construção civil e materiais de construção, madeiras e mobiliário, extractiva.

Os principais desafios na indústria dizem respeito à substituição do equipamento obsoleto, capacitação do recurso humano, aumento da produção, melhoramento da qualidade incluindo aspectos ligados à embalagem e promoção de produto.

Moçambique é rico em recursos hídricos e existe uma preocupação em maximizar os benefícios provenientes da exploração dos recursos do mar tanto para abastecer o mercado interno como para exportação.

A implementação de um clima favorável ao investimento e a tomada de medidas facilitadoras do desempenho das actividades agro-industrial, nomeadamente no domínio do acesso ao crédito, da energia, do comércio externo e da legislação laboral poderá permitir o relançamento da actividade, tendo em conta as reformas estruturais e a elaboração de programas do ambiente socio-económico, ao apoio ao sector privado e a valorização da produção agrícola.

Segundo a Estratégia de Moçambique para o Processo de Integração Regional na SADC, Moçambique tem um potencial hidroeléctrico estimado em 12000Mw, dos

quais 80% ocorrem no Vale do Zambeze, onde está instalada a hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) Fase I com uma capacidade de produção instalada de 2075Mw. Os grandes desafios no sector da energia eléctrica consistem em aumentar a produção explorando o potencial existente, melhorar a fiabilidade da corrente, expandir a rede de distribuição com prioridade para as zonas de maior potencial produtivo e racionalizar o custo de produção e distribuição de modo a oferecer tarifas vantajosas aos consumidores nacionais e concorrer para o abastecimento da região que apresenta actualmente um défice de oferta de energia destinado a manter-se no futuro.

O sector de energia depara-se actualmente, com rápidas e dramáticas mudanças. Os sectores de petróleo e gás natural têm experimentado o melhor dos seus momentos em mais de 20 anos. Consequentemente, grandes companhias petrolíferas iniciaram as suas pesquisas na Bacia do Rovuma e no Banco de Sofala.

A volatilidade dos preços do petróleo e do gás durante os últimos anos no mercado internacional, aumentou o interesse em fontes alternativas para os combustíveis. Recentemente, tem havido um direccionamento importante por parte do Governo para a promoção de bio diesel, particularmente a partir do cultivo de jathropa (uma planta indígena). Contudo, estas áreas requerem um conhecimento profundo das oportunidades de investimento e dum enquadramento regulamentar.

4.2.3 Turismo em Moçambique

Moçambique tem no sector turístico um grande potencial para contribuir com uma boa parte no PIB. O país tem uma das maiores costas de Africa (2700 km de litoral tropical) que lhe proporcionam imensas praias com águas limpas e apropriadas para a prática de turismo, bio diversidade de grande valor ecológico, incluindo espécies endémicas, e um património histórico cultural bastante rico, com clima favorável para praia durante nove meses do ano. Outras formas de fazer o turismo em Moçambique são os vários parques nacionais, para além das ilhas espalhadas ao longo da costa.

Na região norte (Cabo Delgado, Niassa e Nampula) destacam-se as ilhas de Moçambique (declarado património mundial da humanidade pela UNESCO²²) e do

²² Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura

Ibo, a vida marinha e a beleza, o arquipélago das Quirimbas, a selva intacta e extensa da Reserva do Niassa e a bio diversidade única do Lago Niassa.

Na região centro (Sofala, Manica, Tete e Zambézia), o que mais atrai aos turistas são os animais exóticos existentes à volta dos territórios que constituem zonas de conservação e preservação de espécies selvagens. O Parque Nacional de Gorongosa, hoje em reestruturação, constitui a principal atracção turística, foi uma das reservas de animais mais famosas da África Austral e a caça nas cotadas do centro figurava entre as melhores do mundo. Destaca-se nesta região também a reserva de búfalos de Marromeu.

Por sua vez, a região sul (Maputo, Gaza e Inhambane) é aonde se concentra o turismo, mais de 50% da capacidade total dos estabelecimentos registados e 65% do total das camas. As infra-estruturas turísticas são acessíveis e das mais variadas gamas. Praias como a de Tofo, Xai Xai, Bilene, Macaneta e da Costa de Sol são indispensáveis para um bom turismo familiar. A Ponta de Ouro e a Ponta Malongane constituem principais pólos de atracção turística para os praticantes e admiradores de desportos aquáticos.

O desenvolvimento do parque transfronteiriço do Grande Limpopo que abarca o Parque Nacional de Kruger (África do Sul), Gonarezhou (Zimbabwe) e o Parque Nacional do Limpopo (Moçambique) permitirá a operacionalização do turismo em toda a área que delimita o parque Nacional do Limpopo.

Moçambique tem uma oportunidade aberta para partilhar benefícios económicos e sociais relacionados com o crescimento do turismo na Africa Austral. O franco desenvolvimento do sector, aliado a vontade manifesta do Governo em promover-lo, faz com que o turismo em Moçambique represente uma excelente oportunidade para o investidor atento implantar hotéis, restaurantes e outros serviços.

4.2.4 Comércio Internacional

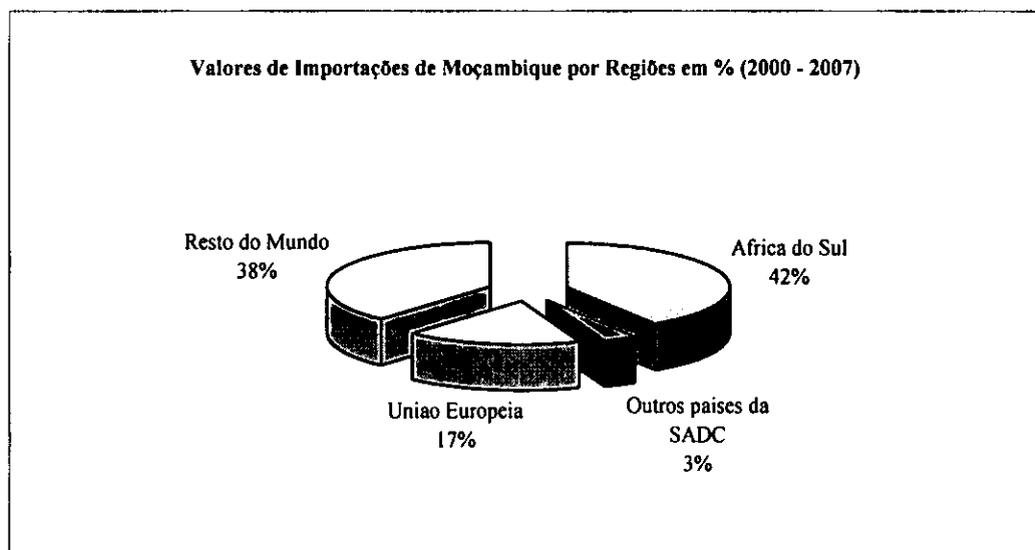
As exportações geram oportunidades de emprego e divisas para pagar muito dos produtos estrangeiros que não podem ainda internamente serem produzidos, além da tecnologia avançada não disponível.

Segundo a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique, os investidores reclamam a falta de consistência na tramitação de processos de desembaraço aduaneiro, o qual raramente é feito dentro do prazo de dois dias, período coberto pela isenção de pagamento de taxas de armazenagem da mercadoria.

As importações²³ de Moçambique são na sua maioria provenientes da SADC (44,2%), o principal parceiro comercial de Moçambique, sendo a economia da África do Sul responsável por 90% das importações provenientes do mercado regional da SADC.

No período compreendido compreendido entre 2000 e 2007, o volume total de importações realizadas corresponde a 15.271,00 milhões de dólares americanos, sendo 44.2% proveniente da SADC, 17.4% da União Europeia e 38.4% do Resto do mundo, conforme mostra o gráfico 1.

Gráfico 1:



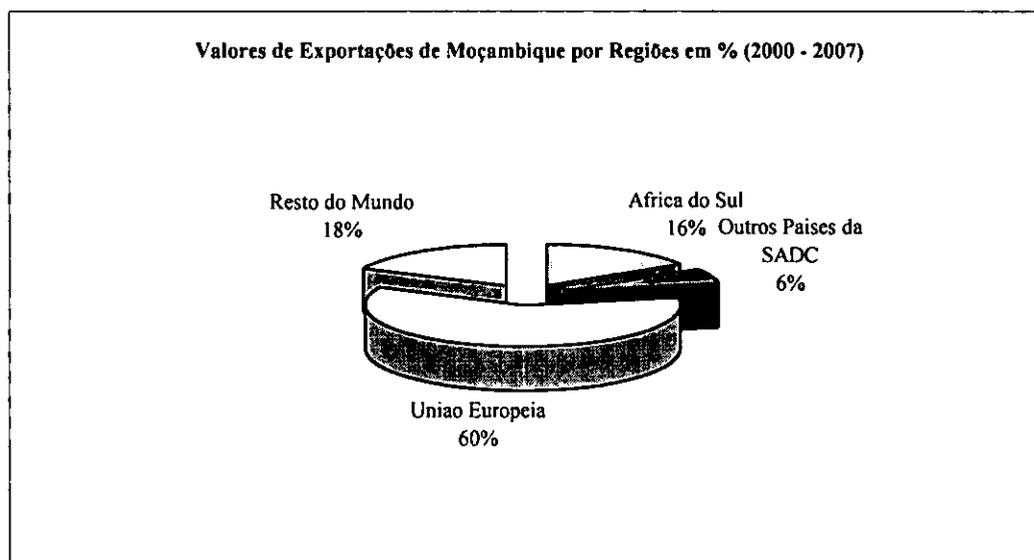
Fonte: Tims - DGA

As exportações²⁴ de Moçambique têm como mercado preferencial a União Europeia (60%). Para a região da SADC são canalizados cerca de 22% dos quais a África do Sul recebe de Moçambique aproximadamente 70% ao ano, sendo os restantes 18% para outros mercados.

²³ Os principais produtos de importação de Moçambique são veículos, maquinaria, cereais, equipamento eléctrico e electrónico.

²⁴ Os principais produtos de exportação de Moçambique são os mariscos, o tabaco, o Chá, a castanha de caju, os citrinos e o alumínio.

Gráfico 2:



Fonte: Tims - DGA

Segundo o Instituto de Promoção das Exportações (IPEX), o valor das exportações de Moçambique para a África do Sul tem vindo a subir de 1.5 milhões de dólares, em 2004, para 2.5 milhões de dólares em 2007. O incremento nas exportações moçambicanas deve-se, em larga medida, aos recursos naturais canalizados para África do Sul, em especial energia eléctrica e gás natural, para além dos produtos mais tradicionais como os mariscos, algodão e citrinos.

A balança comercial de Moçambique com os países da SADC (2000 a 2007) é deficitária, sendo o fosso maior relativo à África do Sul. Para além do défice permanente da balança comercial, as transações de Moçambique com a região estão concentradas em um ou dois países, com destaque para a África do Sul.

Tabela 5. Balança Comercial de Moçambique em milhões US\$

Descrição	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ²⁵	Total
Exportações (X)	364	703	682	1,045	1,504	1,745	2,371	2,531	10,945
Importações (M)	1,162	1,063	1,263	1,753	2,035	2,408	2,808	2,779	15,271
B. Comercial (X - M)	-798	-360	-581	-708	-531	-663	-437	-248	-4,326
Coefficiente de Cobertura (%)	31.31	66.12	54.00	59.60	73.91	72.47	84.45	91.07	71.67

Fonte: Tims - DGA

²⁵ Dados provisórios para 2007

O Doing Business (2007), indica que são necessários 41 dias para completar um processo de importação em Moçambique, envolvendo 16 documentos e 12 assinaturas/autorizações. O processo de exportação leva também 41 dias, são necessários 6 documentos e 12 assinaturas/autorizações.

Como resultado do reconhecimento dos constrangimentos citados e de outros, o Governo de Moçambique traçou acções estratégicas que incluem a melhoria do processo de intervenção das Alfândegas e outros órgãos públicos nos processos de Importação e Exportação.

4.2.5 Comércio Informal

O comércio informal preenche o espaço que o sector formal ainda não consegue cobrir e, segundo a resolução nº 25/98 do Conselho de Ministro, contribui para:

- A oferta de bens e serviços, em particular as camadas de baixo rendimento;
- Monetização da economia nas zonas rurais;
- Gerar alternativas de emprego;

De acordo com Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique, projectada até 2012 do MIC, podem ser apontadas três causas principais do persistente crescimento da economia informal:

- Elevadas taxas de impostos e contribuição para segurança social, que tem constituído pesado fardo para as pequenas empresas na economia formal;
- Legislação económica pesada e elevada burocracia nos procedimentos de registo e licenciamento para a pratica de negócios e;
- Ineficiência do sector público na prestação de serviços ao sector privado.

No âmbito da integração regional da SADC se impõe proporcionar um bom ambiente de negócios para pequenas empresas o que irá contribuir para integração do sector informal na economia nacional e regional, sobretudo se a formalização não for morosa, complexa e dispendiosa.

Este sector assume, cada vez mais, um papel de relevo na economia dos Estados, principalmente nos países em desenvolvimento, dada a sua dinâmica. Considera-se que o sector informal possui um potencial de empreendedorismo e iniciativa empresarial que precisa de ser libertado uma vez criado um pacote de incentivos adequado. É neste contexto que devem ser criadas condições para formalização dos milhares de “pequenas empresas” que operam neste sector.

4.3 As vantagens e desvantagens competitivas de Moçambique na SADC aplicando a Teoria de Michael Porter

A teoria da vantagem competitiva desenvolvida por Michael Porter (1990) defende que a competitividade nacional depende da produtividade nacional. Mas como nenhum país é competitivo em todos os sectores, e porque as economias são altamente especializadas, o sucesso de cada país depende da forma como as empresas de sectores inter-relacionados, “os *clusters*”, se organizam para e compete a nível global, pois são as empresas que concorrem e não os países.

Assim para avaliar a posição competitiva de uma economia podem ser usados quatro aspectos de base do modelo de Michael Porter:

Tabela 6. Modelo de Porter aplicado para o caso de Moçambique

	Vantagens	Desvantagens
Condições de factores	<ul style="list-style-type: none"> • Portos, linhas férreas e estradas ligando vários países da SADC; • Corredores de desenvolvimento; • Mão-de-obra barata; • Grandes potencialidades na produção de energia, carvão, gás natural e bio massa, e uma vasta extensão de terras férteis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência da ligação norte-sul; • Falta de mão-de-obra qualificada; • Fraca qualidade de infra estruturas.
Condições da procura	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de moçambicanos com crescente melhoria do nível vida; • Presença de organizações de defesa do consumidor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Altos índices da pobreza absoluta (54%) em 2003; • Elevado Gap entre os pobres e os ricos.
Indústrias Relacionadas e de apoio	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de mega projectos e fortes investimentos de multinacionais; • Uma área de serviços que está a crescer. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de empreendedores arrojados; • Altos custos do capital para investimentos; • Altas taxas de tributação ao rendimento; • Falta da cultura, mentalidade e capacidade empresariais.
Estratégias, estrutura e rivalidades das empresas	<ul style="list-style-type: none"> • Balcões Únicos de Atendimento; • Introdução de Centro de Informação de Negócio do MIC; • Comissões de arbitragem instaladas junto da CTA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ambiente de negócio que ainda precisa de ser melhorado através de uma maior simplificação de procedimentos.

Adaptado.

Condições de factores: dizem respeito aos factores de produção que afectam a competitividade do país em função da qualidade e quantidade da oferta nacional. Para o caso de Moçambique constituem principais vantagens competitivas a localização geo-estratégica na região da SADC (cuja essência são os portos com as linhas férreas e estradas ligando a maior parte dos países membros da SADC, garantindo a entrada e saída de *insumos* dos países do interior), as grandes potencialidades da produção da energia (principalmente largos hidro-recursos, carvão, gás natural e bio massa), para além da vasta extensão de terra e fauna por explorar.

Constitui desvantagem neste grupo a falta de mão de obra qualificada sobretudo nas zonas rurais, a falta de equipamentos de infra estruturas mais sofisticados tais como centros de pesquisa e universidades em todo país.

Condições da procura: o número de moçambicanos com crescente melhoria do nível de vida tem estado a aumentar no campo e nas cidades. Por outro lado, o contacto dos moçambicanos com a economia mais avançada da região tem contribuído para o surgimento de clientes mais exigentes e capazes de pressionar e influenciar o sector produtivo nacional para a inovação e qualidade.

Indústrias Relacionadas e de apoio: a situação das indústrias moçambicanas constitui uma desvantagem competitiva para o país por se encontrarem subdesenvolvidas e a precisar de uma grande reestruturação. A situação resulta da falta de empreendedores arrojados, altos custos de capital e altas taxas de tributação ao rendimento.

Estratégias, estrutura e rivalidades das empresas: Em Moçambique há condições para o desenvolvimento empresarial, com instalação de Balcões Únicos de Atendimento, a introdução de Centro de Informação de Negócio do MIC, a simplificação de procedimentos e instalações de secções comerciais, bem com comissões de arbitragem instaladas junto da CTA, medidas em parte impulsionadas pelos desafios que a integração regional coloca ao país. Por outro lado, o Governo de Moçambique apresentou a Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócio em Moçambique, projectada até 2012 com objectivo final de criação de um melhor ambiente para o desenvolvimento da actividade empresarial e atracção de investimentos.

CAPÍTULO V

5. DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA REGIONAL NA SADC E MEDIDAS ALTERNATIVAS

5.1 Desafios da Integração Regional da SADC em Moçambique

A integração económica regional da SADC, em si constitui um desafio e no seu contexto outros desafios derivam os quais podem ser sintetizados na abordagem que a seguir se faz.

Em Moçambique, como país de democracia recente, é grande desafio manter a paz, estabilidade política, segurança, democratização e continuidade dos esforços tendentes a redução dos níveis de pobreza absoluta.

Harmonizar e monitorar a implementação dos programas específicos da convergência macroeconómica dos países da região da SADC, tendo como referência as metas acordadas, que incluem as taxas da inflação a um dígito em 2008, 5% em 2012 e 3% em 2018 (tabela 7). Por outro lado o Défice Público em relação ao PIB não deve exceder 5% em 2008, 3% em 2012 e entre 3% e 1% entre 2012 e 2018, com pode se ver na tabela 7.

Tabela 7: Metas Macroeconómicas

Indicadores/ano	2008	2012	2018
Taxa de inflação anual	1 Dígito	5%	3%
Défice/PIB	< 5%	3%	3-1%
Dívida/PIB	60%	60%	60%
Conta corrente/PIB	9%	9%	3%

Fonte: : Anuários Estatísticos (INE e BdM 2007) e MPD

Como se pode observar, o governo deve ter o valor nominal da dívida pública e garantia pública menor que 60% do PIB em 2008 e ser mantido ao longo do período do plano até 2018.

Promover a manutenção permanente e extensão da rede de estradas primárias e da rede ferroviária, bem como a sincronização dos programas de construção e reabilitação das vias de acesso com as necessidades de escoamento das matérias

primas para a indústria e dos bens de consumo para os mercados, assim como para o desenvolvimento do turismo nacional.

Existe também o desafio de promover investimentos que melhorem a eficiência e a segurança para a melhoria da qualidade dos serviços prestados e o de expandir a oferta através da entrada de mais operadores no sistema de transportes nacional.

Incentivar investimentos para a melhoria da qualidade de energia eléctrica e rever as tarifas para a indústria, promover o recurso a fontes de energia renovável e de baixo custo, incluindo a energia solar, eólica, e de bio massa, promover a exploração conjunta de petróleo e gás natural, harmonizar as políticas, regulação, legislação para facilitar o comércio transfronteiriço.

Tornar céleres os processos de titularização da terra e orientar os centros de pesquisa para os interesses do sector produtivo, reforçar as ligações pesquisa-agricultor-extensão para facilitar a disseminação e adopção de tecnologias, incluindo a biotecnologia para os agricultores e outros intervenientes e ainda promover boas praticas de produção e tratamento pós-colheita.

É também fundamental promover a especialização das zonas de produção de modo a alcançarem escalas eficientes em culturas específicas e fomento da produção, encorajar a entrada no sector de agricultores comerciais através de incentivos apropriados, para além da actualização da lista de pestes existentes em Moçambique e seu mapeamento.

Melhorar ainda mais o ambiente de negócios, promover o estabelecimento de unidades industriais nas zonas rurais orientadas para a exportação, incentivar o uso de instrumentos da propriedade industrial e a valorização do produto nacional.

Ao sector privado se colocam desafios relacionados ao aumento da produção e da produtividade introduzindo novas tecnologias, produção em escala, melhorando a gestão, investindo em áreas de vantagens comparativas, modernizando as fábricas e investindo em marketing e ainda a promoção de ligações industriais (na cadeia de

valor²⁶), associativismo, integração sectorial, proactividade, diversificação, estabelecer parcerias e explorar as oportunidades de assistência técnica dos organismos bilaterais, regionais e multilaterais.

Há também a necessidade de o sector privado conhecer as regras de origem dos produtos produzidos para exportação e exigir certificado de origem nas importações de modo a beneficiar do tratamento preferencial, conhecer os instrumentos de acesso ao mercado e investir no aumento do nível de transformação.

O principal desafio para SADC é o desenvolvimento da capacidade para manter o crescimento aos níveis requeridos por forma a reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Este depende de factores como a existência de uma boa infra-estrutura, a acumulação de capital financeiro, a periodização de capital humano, a capacitação das instituições de desenvolvimento, a diversificação estrutural da produção, o melhoramento das condições de concorrência, o melhoramento das condições de saúde das populações e uma boa conservação do meio ambiente.

5.2 Medidas alternativas

As medidas a tomar ou acções a desenvolver, apontadas pelos entrevistados, para transformar os desafios da integração económica regional na SADC em oportunidades de negócios em Moçambique são:

- Fortalecer as ligações económicas e produtivas internas e diminuir a elasticidade das importações;
- Melhorar o clima de negócios e das infra-estruturas, bem como estimular a inovação e criar a capacidade institucional;
- Formular uma estratégia que ajude Moçambique a conseguir o crescimento rápido das exportações, ao mesmo tempo que o referido crescimento cria oportunidades económicas e maiores rendimentos para os moçambicanos;

²⁶ Série de actividades relacionadas e desenvolvidas pela empresa a fim de satisfazer as necessidades dos clientes

- Continuar a ter uma estabilidade macroeconómica, com taxas de crescimento de cerca de 7 a 8% ao ano, inflação de um dígito, redução do défice orçamental, redução dos custos das transacções e de investimentos, aumento da competitividade das nossas indústrias com uso de mão-de-obra intensiva;
- Consolidar a criação e funcionamento das instituições democráticas, implantando a governação descentralizada e participativa, a transparência na tomada de decisões e a introdução de mecanismo de prestação regular de contas e;
- Gerar tecnologias, conhecimentos tecnológicos e métodos mais avançados de organização e gestão, os quais tornarão irreversíveis os avanços na produtividade.

CAPÍTULO VI

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1 Conclusões

A hipótese básica que se procurou testar foi: a integração económica regional vai ou não melhorar o ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique, tendo se concluído que:

- ❖ A integração económica regional da SADC, pelos compromissos e riscos que implica tem levado a que o Governo melhore o clima de investimento, alargando o acesso ao financiamento e implementado a reforma da administração pública com vista a uma melhoria do ambiente para oportunidades de negócios no país, o que nega a hipótese de que a integração económica regional não vai melhorar o ambiente para oportunidades de negócios.
- ❖ Ademais, da integração económica regional da SADC resulta um espaço alargado de ambiente para oportunidades de negócios, que é uma realidade que deve ser encarada e estrategicamente gerida onde os países que não reagirem a existência de um mercado livre, maior e competitivo dada a ausência do proteccionismo, certamente perderão;
- ❖ O importante é obter ganhos da integração regional da SADC por meio de aumento das receitas através da exportação, beneficiar os consumidores através das vantagens da concorrência, para além de vantagens de especialização em bens e serviços em que o país é mais competitivo e tomar medidas preventivas para fazer face aos desafios, incluindo a perda de receitas aduaneiras, decorrente da integração;
- ❖ O estudo mostrou que, no contexto da integração regional, Moçambique conta com factores como a estabilidade política e a confiança que os investidores estrangeiros depositam no sistema de governação do país, a existência do mercado não somente nacional bem como da região e mundial, disponibilidade de recursos quer naturais quer humanos, para além do factor terra em abundância e uma definição clara de políticas macroeconómicas,

factores que tem vindo a proporcionar um crescimento económico sustentável assinalável.

De facto, a análise factual apresentada nos capítulos anteriores, sugere que o país precisa de desenvolver uma forma de actuação que lhe permita maximizar os benefícios do processo de integração regional a partir da melhoria do ambiente de oportunidades de negócios no país por forma a atrair mais e maiores investimentos.

6.2 Recomendações

Com vista a melhorar o ambiente para oportunidades de negócio em Moçambique no contexto da Integração Económica Regional da SADC **recomenda-se:**

- ❖ Diversificar a base produtiva e de exportação, melhorar a produtividade e a qualidade, desenvolver serviços de apoio a produção e qualidade, desenvolver estratégias agressivas de penetração em mercados externos;
- ❖ Desenvolver uma estratégia para ajudar Moçambique a aumentar as suas exportações, bem como garantir que este crescimento venha proporcionar ambiente para oportunidades de negócio em Moçambique para os empreendedores e de renda para os pobres, de modo que o país não seja apenas um consumidor dos produtos da região e;
- ❖ Criar articulações na economia através das redes de fornecedores e consumidores, redes de cooperação inter-empresarial e inter industrial, e ligações dinâmicas de produção e valor, através das quais as dinâmicas de produtividade qualidade, organização e inovação são transmitidas para a economia como um todo, fortalecendo-a para concorrer com as economias da região.

Muito mais haveria por dizer sobre o Impacto da Integração Económica Regional da SADC no contexto do ambiente para oportunidades de negócios em Moçambique, contudo, dada a importância do tema para a economia do país, fica aberto o espaço para pesquisas aprofundadas nas diferentes vertentes.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Gil, A.C, *Métodos e técnicas de investigação social*, Editora Atlas S.A 1999 (5ª edição);
- Gil, A.C, *Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de Monografias*, Editora Atlas S.A 1999 (5ª edição);
- Salvatore, D. (2000): *Economia Internacional*, LTC – Livros Técnicos e Científicos, 6.ed., Rio de Janeiro;
- Abrahamsson, H. & Nilsson, A. (1994), “*Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974 – 1992*”, CEEI-ISRI;
- Guillichon, B. (1993): *Economia Internacional*, Planeta Editora, Lisboa;
- Porter, Michael E. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1990;
- Murapa, R. 2002 *A comunidade de desenvolvimento da Africa Austral (SADC): rumo a integração política e económica*;
- Banco Mundial (2004, 2005, 2006, 2007), *Doing Business*;
- Revistas KPMG - *As 100 maiores empresas de Moçambique* (2004,2005,2006, 2007);
- BdM : *Boletim Estatístico e Relatórios Anuais* (2005, 2006). Direcção de Estudos e Estatística;
- INE (Vários anos): *Anuários Estatísticos*;
- SADC, 1999. *Texto consolidado do Tratado sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral*;
- SADC (1996): *Protocolo Sobre Trocas Comerciais na Região da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral*;
- SADC (2003): *Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional*. Gaborone;
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (2004). *ProAgri II- documento Estratégico*;
- Governo de Moçambique, Maio de 2006, *Plano de Acção para a Redução da pobreza Absoluta 2006 - 2009*, (PARPA II), Maputo, Moçambique;
- Suplementos sobre Economia no jornal Notícias das 6ª feiras, Maputo;
- Suplementos sobre Economia no jornal o País, Maputo;

Legislação

CM (Conselho de Ministros) (2002): “Decreto 39/2002, de 26 de Dezembro”. In *Boletim da Republica*.

Sites consultados de Outubro de 2007 a Agosto de 2008:

www.sadc.int;

www.ine.gov.mz;

www.cta.org.mz e;

www.mic.gov.mz.

ANEXOS

Anexo 1

A: Legendas das Mercadorias com Tratamento Preferencial da SADC

- A Mercadorias com liberalização imediata a partir de 2001
 B1 Mercadorias com taxa Geral de 30% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2008
 B21 Mercadorias com taxa Geral de 7,5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2008
 B22 Mercadorias com taxa Geral de 5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2008
 C1 Mercadorias com taxa Geral de 30% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero entre 2012 e 2015
 C21 Mercadorias com taxa Geral de 7,5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero entre 2012 e 2015
 C22 Mercadorias com taxa Geral de 5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2012 e 2015
 C23 Mercadorias com taxa Geral de 2,5% sujeitas a liberalização gradual e taxa zero a partir de 2012 e 2015
 E Posições pautais não contempladas no Protocolo Comercial da SADC
- Fonte: Pauta Aduaneira, 2006.

B: Calendário de desarmamento tarifário em relação à SADC, excepto RAS

Outros Membros													
Cat Sadc	Cat. Int.	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
A	A	0	0	0	0	0	0	0	0				
B1	B1	30	30	25	25	25	20	10	0				
B2	B21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	4	0				
B2	B22	5	5	5	5	5	5	3	0				
C1	C1	30	30	25	25	25	20	20	20	15	10	5	0
C2	C21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	5	0
C2	C22	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	3	0
C2	C23	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	1	0
E	E	Posições pautais não contempladas no PC-SADC											

Fonte: Pauta aduaneira, 2006

C: Calendário de desarmamento tarifário em relação à RAS

RAS																
Cat Sadc	Cat. Int.	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
A	A	0	0	0	0	0	0	0	0							
B1	B1	30	30	25	25	25	20	10	0							
B2	B21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	4	0							
B2	B22	5	5	5	5	5	5	3	0							
C1	C1	30	30	25	25	25	20	20	20	15	15	15	10	10	10	0
C2	C21	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	7,5	5	5	3	3	0
C2	C22	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	4	3	2	1	0
C2	C23	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2	1	0
E	E	Posições pautais não contempladas no PC-SADC														

Fonte: Pauta aduaneira, 2006

Anexo 2

Definição de Termos Chaves

A Integração Económica “refere-se à política comercial de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de forma discriminatória, somente entre as nações interligadas, de acordo com a teoria do comercio internacional ” (Salvatore, 2000: 175).

SADC - Comunidade para desenvolvimento de Africa Austral

Espaço alargado - aumento do espaço geográfico disponível resultante da eliminação de barreiras.

Ambiente de Negócios - conjunto de condições, dentro de um limite específico, para a prática de actividades com fins lucrativos;

Oportunidade é um conjunto de circunstâncias favoráveis (chances) que criam um vazio ou uma abertura correspondente a uma necessidade de mercado;

Oportunidades de negócios - potenciais possibilidades para prática de actividades com fins lucrativos;

Barreiras tarifárias são todos os tipos de restrições comerciais às exportações e/ou importação que implicam o pagamento de uma certa tarifa e/ou taxa.

Anexo 3: Roteiro de entrevista aos representantes das instituições visitadas

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Economia

Esta entrevista tem como objectivo único, recolher dados para efeitos de investigação académica.

1. Até que ponto prevê que os factores macroeconómicos vão afectar o ambiente de negócios em Moçambique no âmbito da Zona de Comércio livre da SADC?
2. Acha que o negócio vai melhorar em Moçambique como resultado da integração económica Regional?
3. Que factores podem contribuir para um bom ambiente de negócios face o alargamento de mercado regional da SADC?
4. Até que ponto prevê a eficiência da administração pública para melhoria do ambiente para oportunidades de negócios no país?
5. Que acções tem desenvolvido a sua instituição no âmbito da Integração Económica Regional?
6. Quais são as fraquezas que o país apresenta no âmbito da Integração Económica Regional na opinião da instituição?
7. Até que ponto o país está preparado para tirar benefícios da Integração Económica Regional?

Anexo 4: Roteiro de entrevista a Economistas

Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Economia

Esta entrevista tem como objectivo único, recolher dados para efeitos de investigação académica.

1. Será que o nosso país terá, agora um sector industrial preparado para competir? Em que áreas?
2. O país estará suficientemente preparado para competir sobretudo com a RSA o nosso maior parceiro comercial na região?
3. Que desafios esperam os sectores público e privado para enfrentar a ZCL da SADC?
4. O que se espera oferecer e a receber da região da SADC?
5. A crise económica do Zimbabué que se iniciou no 2000, até que ponto afectará o ambiente de negócio na região e em Moçambique em particular?